



Juliana de Souza Ricardo

O Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes com Deficiência em face ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Uma Análise do Contexto do Município do Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Irene Rizzini

Rio de Janeiro
Julho de 2011



Juliana de Souza Ricardo

O Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes com Deficiência em face ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Uma Análise do Contexto do Município do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Irene Irizzini

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Sueli Bulhões da Silva

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Rosana Morgado

UFRJ

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2011

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Juliana de Souza Ricardo

Graduou-se em Serviço Social na UFF (Universidade Federal Fluminense) em 2006. Trabalha como Assistente Social, em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes com deficiência e na UPA – Unidade de Pronto Atendimento de Petrópolis.

Ficha Catalográfica

Ricardo, Juliana de Souza

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes com deficiência em face ao direito à convivência familiar e comunitária: uma análise do contexto do município do Rio de Janeiro / Juliana de Souza Ricardo; orientadora: Irene Rizzini. – 2011.

112 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2011 .

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Crianças. 3. Adolescentes. 4. Direito à convivência familiar e comunitária. 5. Abrigo. 6. Institucionalização. 6. Deficiência. I. Rizzini, Irene. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Para as crianças e adolescentes com deficiência,
pela efetivação dos seus direitos.

Agradecimentos

A Deus, pelo dom da vida, pela saúde e pela força para vencer os obstáculos e chegar até aqui.

À Irene Rizzini, minha orientadora, pelos ensinamentos, pelo estímulo e, sobretudo, pela sensibilidade no trabalho e na vida.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este estudo não teria sido realizado.

Às professoras que integram a Comissão Examinadora desta dissertação pela disponibilidade em avaliar este estudo.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Serviço Social que muito contribuíram para a concretização deste estudo.

Aos meus familiares e amigos, pelo apoio e pela torcida.

Em especial, agradeço a meus pais, Jorge e Dalva e aos meus irmãos, Patricia e Pedro Victor, pelo amor e incentivo incessantes.

Ao Eric que se viu privado de minha companhia por muitos momentos, pela paciência, pelo apoio e pelo carinho.

Resumo

Ricardo, Juliana de Souza; Rizzini, Irene. **O Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes com Deficiência em face ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Uma análise do contexto do município do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2011. 112p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Estatuto da Criança e do Adolescente garante a todas as crianças e adolescentes o direito a conviver com sua família e em sua comunidade. Contudo, ao se falar de criança e adolescente com deficiência percebe-se a fragilização deste direito frente às especificidades advindas do cuidado necessário. Isso se dá apesar dos diversos documentos legais apontarem para a importância da centralidade na família na formação de crianças e adolescentes, entendendo-a como espaço de proteção e desenvolvimento social. No entanto, a deficiência requer da família um cuidado maior gerando uma sobrecarga, na maioria dos casos, sobre um membro familiar no que tange ao cuidado. Quando temos a associação da deficiência à pobreza vemos a situação se agravar ainda mais levando, em determinados casos, muitas famílias a buscarem na institucionalização a “melhor” saída para o cuidado de seus filhos. O processo histórico da institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência perpassa dois outros processos: a assistência voltada à infância em situação de risco ou de vulnerabilidade social e ao movimento de ascensão da Psiquiatria no que se refere aos estudos sobre a ‘criança anormal’. A cultura da institucionalização de crianças e adolescentes perdurou por muito tempo em nosso país. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente ganha força a proposta da desinstitucionalização, proposta esta reforçada por diversos documentos no âmbito das políticas públicas anos mais tarde. O objetivo desta dissertação é analisar os motivos que ainda levam à institucionalização, crianças e adolescentes com deficiência no município do Rio de Janeiro, mesmo após duas décadas da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos avanços advindos a partir dos novos marcos legais voltados a essa parcela da população. A análise tem como base duas fontes de informação: uma revisitação dos dados colhidos

pela pesquisa *Do confinamento ao acolhimento: mudando a prática de institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência no Estado do Rio de Janeiro* (CIESPI, em convênio com a PUC-Rio: CNPq/ Ministério da Saúde 2006-2008) e uma nova consulta de dados realizada a partir de visitas e entrevistas com diretores ou representantes das Instituições de Acolhimento localizadas no município do Rio de Janeiro (2010-2011).

Palavras-chave

Crianças; Adolescentes; Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Abrigo; Institucionalização, Deficiência.

Abstract

Ricardo, Juliana de Souza; Rizzini, Irene. **The Institutional care of children with disabilities in face to the right to live within family and community contexts: An analysis of the context of the municipality of Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2011. 112p. MSc thesis – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The Statute on the Child and the Adolescent guarantees all children and adolescents the right to live within family and community contexts. Nevertheless, when it comes to children and adolescents with disabilities it is clear that access to their rights is not assured due to several specificities resulting from the special care they need. This occurs in spite of the various legal documents that stress the importance of the family context for the full development and protection of children and adolescents. However, children with disabilities require of the family greater attention and health care generating a burden in most cases, to family members. When in addition there is poverty, the burden is heavier and often families feel pressed to seek for alternative care in institutions as a possible "best" way for the care of their children. The historical process of placing children and adolescents with disabilities in institutions presents two main characteristics: the assistance aimed at children at risk, perceived as socially vulnerable and the establishment of a movement led by psychiatry focusing on the 'abnormal child.' The so called "culture of institutionalization" of children and adolescents long persisted in our country. With the approval of the Statute on the Child and the Adolescent in 1990s a strong movement against the placement of children in institutions takes place. This movement was then strengthened by several policies approved in the subsequent years. The main objective of this thesis is to analyze the reasons that still lead to the placement of children and adolescents with disabilities in the municipality of Rio de Janeiro, even two decades after the enactment of the Statute. It also focus on the advances that followed the new legal framework aimed at this segment of the population. The analysis is based on two sources of information: a revisit of the data collected by the study *From institutionalization to a family setting: changing the practice of institutionalizing children and adolescents with disabilities in the*

State of Rio de Janeiro (coordinated by the International Center for Research and Policy on Childhood, CIESPI, in partnership with PUC-Rio and sponsored by CNPq/ Ministry of Health, 2006-2008) and new data collected through visits and interviews with directors and representatives of the institutions for children with disabilities in the municipality of Rio de Janeiro (2010-2011).

Keywords

Children; Adolescents; The right to live within family and community contexts; Institutionalization; Disability.

Sumário

Introdução	16
1. Raízes Históricas da Cultura de Institucionalização de Crianças e Adolescentes no Brasil	23
1.1. Conceituando a Institucionalização	23
1.2. O Nascimento da Cultura da Institucionalização de Crianças e Adolescentes no Brasil	25
1.3. A Institucionalização de Crianças e Adolescentes com Deficiência no Brasil	33
1.3.1. A Assistência à Criança e ao Adolescente com Deficiência no Brasil	34
1.3.2. Da Idiotia à Criança Anormal	39
1.4. A Prática da Institucionalização Pós Estatuto da Criança e do Adolescente	43
1.4.1. O Direito à Convivência Familiar e Comunitária	44
2. As Famílias das Crianças e dos Adolescentes com Deficiência e o Direito à Convivência Familiar e Comunitária	54
2.1. Conceituando Família	54
2.2. Família e Políticas Sociais	57
2.3. A Sobrecarga Familiar	61
2.4. Famílias Empobrecidas com Criança e Adolescentes com Deficiência: o desafio do cuidado	65
3. O Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes com Deficiência em Face ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária	70

3.1. Um Breve Panorama das Práticas de Acolhimento Institucional Frente à Promoção do Direito à Convivência Familiar e comunitária de Crianças e Adolescentes no Brasil	70
3.2. Um Breve Panorama das Práticas de Acolhimento Institucional Frente à Promoção do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes no Estado do Rio de Janeiro	76
3.3. Do Confinamento ao Acolhimento: considerações atuais frente ao direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes com deficiência no Município do Rio de Janeiro	81
3.3.1. Revisitando a Pesquisa <i>Do Confinamento ao Acolhimento – Institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência: desafios e caminhos (2006 – 2008)</i>	81
3.3.2. O Acolhimento de Crianças e Adolescentes com Deficiência nos Abrigos Específicos Localizados no Município do Rio de Janeiro	96
4. Considerações Finais	106
5. Referências Bibliográficas	109

Lista de Tabelas

Tabela 1- Divisão das Especialidades dos Abrigos entre as Regiões Brasileiras	71
Tabela 2- Brasil: principais dificuldades para o retorno do abrigado à família de origem*	74
Tabela 3- Motivo de Acolhimento – 1º Censo	77
Tabela 4- Motivo de Acolhimento: 6º Censo	78
Tabela 5- Tempo de institucionalização das crianças e adolescentes que se encontram em regime de acolhimento institucional - 1º Censo	79
Tabela 6- Tempo de institucionalização das crianças e adolescentes que se encontram em regime de acolhimento institucional – 6º Censo	80
Tabela 7- Distribuição das Unidades de abrigo informadas pelas fontes consultadas por região do estado do Rio de Janeiro e número de municípios contatados, 2006/2007	85
Tabela 8- Número de abrigos que atendem ou não crianças e adolescentes com deficiência, por região do Estado do Rio de Janeiro, 2007	87
Tabela 9- Número de abrigos que informaram atender crianças e adolescentes com e sem deficiência e número de vagas por região do Estado do Rio de Janeiro, 2006/2007	88
Tabela 10- Distribuição dos abrigos por sexo das pessoas atendidas e região do Estado do Rio de Janeiro, 2006/2007	89
Tabela 11- Distribuição dos abrigos por faixa etária (em anos) das pessoas atendidas por região do Estado do Rio de Janeiro, 2006/2007	89
Tabela 12- Distribuição das crianças e adolescentes com deficiência abrigados por tipo de instituição e região do Estado do Rio de Janeiro, 2006/2007	90
Tabela 13- Distribuição das crianças e adolescentes com deficiência em abrigos específicos, por nome da instituição e município, 2007	91

Tabela 14- Distribuição das crianças e adolescentes com deficiências nos abrigos específicos, segundo sexo, idade, cor, escolaridade e fonte de renda - 2007 n=112	92
Tabela 15- Distribuição das crianças e adolescentes com deficiência nos abrigos específicos segundo com quem morava quando ingressou no sistema, agente da solicitação de entrada e órgão responsável pelo abrigamento - 2007 n=112	93
Tabela 16- Percentual de abrigados segundo o motivo de encaminhamento para o sistema - 2007	94
Tabela 17- Percentual de crianças e adolescentes com deficiência nos abrigos específicos, segundo cada diagnóstico mais frequentemente registrado no prontuário - 2007 n=109	95
Tabela 18- Percentual de crianças e adolescentes com deficiência nos abrigos específicos, segundo a situação atual do acolhido - 2010 n=60	100

Lista de Gráficos

Gráfico 1- Brasil – Crianças e adolescentes abrigadas, segundo vínculo familiar	72
Gráfico 2- Brasil – Motivos do ingresso de crianças e adolescentes em abrigo, segundo a frequência	73
Gráfico 3- Brasil: proporção de crianças e adolescentes, segundo o tempo de acolhimento	75

Lista de Siglas

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CIESPI – Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisas Aplicadas

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB – Normas Operacionais Básicas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PUC - Rio – Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro

ONU – Organização das Nações Unidas

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social